

ORIANDA, A FÁBRICA DE PAPEL DO BARÃO DE CAPANEMA: DE 1852 A 1859

Thais Helena de Almeida

Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

thais.helena.almeida@gmail.com

Ozana Hannesch

Museu da Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

ozhannesch@gmail.com

Resumo: A história das fábricas de papel no Brasil é tema quase inexplorado nas pesquisas em conservação de acervos institucionais no país, embora seja de relevância na compreensão dos materiais constituintes de parte dos documentos históricos brasileiros. Este trabalho foca em uma das poucas fábricas produtoras de papel que funcionou no século XIX. Por meio de fontes primárias de pesquisa e de levantamentos em jornais e livros publicados no período, foi possível identificar o papel de Guilherme Capanema como um dos empreendedores da embrionária indústria nacional e confirmar a participação do Governo Imperial no impulsionamento desta. Contudo, se verificou que inúmeras dificuldades de um país ainda em fase de transformação e consolidação política, econômica e desenvolvimentista impactaram neste processo. Do mesmo modo este impacto negativo se refletiu na pesquisa de fibras “indígenas”, isto é, da flora nativa, para uso como matéria prima por esta mesma fábrica.

Palavras-chave: Fábrica de papel; Papel brasileiro; Petrópolis; Fibras indígenas.

Abstract: The history of paper factory in Brazil is almost non-existent in the research on conservation of institutional collections, although it is of relevance in the understanding the constituent materials of part of the Brazilian historical documents. This work focuses on one of the few paper factories that operated in the 19th century. Through primary sources and surveys in newspapers and books published in the period, it was possible to identify the role of Guilherme Capanema as one of the entrepreneurs of the embryonic Brazilian industry and to confirm the participation of the Imperial Government in the promotion of it. However, it was verified that difficulties of a country still in transformation and political, economic and developmental consolidation have impacted in this process. In the same way this impact was reflected in the research of “indigenous” fibers, that is, native fibers, for use as raw material by this factory.

Keywords: Paper factory; Brazilian paper; Petrópolis; Indigenous fibers

Introdução

Com a vinda da corte e da sede do império português para o Brasil, em 1808, algumas mudanças políticas, socioeconômicas e administrativas foram realizadas com o intuito de adaptar as necessidades da corte à realidade do país. Um dos atos administrativo-legais foi a assinatura do Alvará de 1º de abril

de 1808, pelo príncipe regente D. João VI, que permitiu aos habitantes estabelecer todo o gênero de manufaturas para desenvolvimento do comércio e indústria nacionais (BRASIL, 1913, p. 17- 18). Seguido a este alvará, outros atos foram publicados, assim como decretos, que garantiam, legalmente, o desenvolvimento de fábricas no Brasil.

A concessão de arrecadamento por loterias passou a ser uma das ações de incentivo, em benefício dos “estabelecimentos úteis”. O valor coletado com a venda dos bilhetes, além de pagar o prêmio ao ganhador, era aplicado na implantação ou melhoria do empreendimento beneficiado (ALMEIDA, HANNESCH, 2016). Embora a regulamentação das loterias tenha ocorrido em 1844, pelo nº 357, de 27 de abril, esse benefício já era concedido desde a década de 1820, constituindo o decreto de 26 de junho de 1826, um dos que beneficiou a fábrica de estampa e papel, no Andarahy, no Rio de Janeiro (BRASIL, 1826). Mesmo antes, medidas de isenção de impostos para importação de matéria prima para uso das fábricas haviam sido publicadas ainda a partir do ano de 1809 (BRASIL, 1809). Em 1847, o benefício da concessão de loterias foi estendido para todas as fábricas nacionais estabelecidas dentro do império, através do decreto nº 526, de 28 de julho daquele ano (BRASIL, 1847). Sob estas proteções legais muitas fábricas foram estabelecidas no Brasil entre os séculos XIX e XX.

A necessidade crescente de matéria prima para a indústria do papel, que utilizava linho, algodão e cânhamo, fez crescer o interesse de empreendedores nacionais em pesquisar e utilizar plantas nativas brasileiras capazes de substituir ou mesmo competir com o preço e a qualidade do papel de trapo comercializado na Europa. Embora a primeira Lei de Patentes, que concedia a seu detentor o privilégio da descoberta ou invenção, seja de 28 de agosto de 1830, foi somente na segunda metade do século XIX, que se verificou alto crescimento de solicitações relativas a técnicas de produção e matérias primas para fabricação de papel no Brasil.

Publicações sobre fábricas de papel existentes no país no século XIX apresentam apenas uma visão histórica baseada na identificação dos proprietários e períodos de funcionamento, sem aprofundarem nas questões sobre sua implantação, problemas enfrentados para sua manutenção e quais matérias primas utilizavam. A fábrica de papel Orianda, beneficiária do governo, foi uma das empresas que se destacou na década de 1850, importando maquinário e mão de obra europeus e se utilizando, além das fibras de trapo, de fibras “indígenas”, como eram chamadas as fibras da flora nativa. Entretanto, o empreendimento entrou em falência na década seguinte.

Ao pesquisar a implantação da fábrica de papel Orianda, de propriedade de Guilherme Schüch de Capanema, que funcionou, na Serra da Estrela, no município de Petrópolis, algumas questões foram levantadas. De que forma esses benefícios contribuíram para o sucesso ou não desse empreendimento? A experiência e utilização de fibras nativas impulsionaram a indústria papeleira nacional tornando possível a substituição do papel de trapo naquele período?

Ao pesquisar sobre o tema, foi possível verificar que os benefícios e incentivos do governo claramente não foram suficientes para manter a fábrica em funcionamento, que sucumbiu diante de fatores de ordem gerencial e imprevistos. Assim, este estudo tem como objetivo relatar a implantação da fábrica de papel Orianda, sua produção, utilização de fibras nativas e motivos de sua falência, ainda que diante de um quadro favorável de incentivos por parte do governo imperial.

Orianda, uma fábrica de papel na Serra da Estrela

As fábricas de papel, no Brasil do século XIX, inicialmente foram instaladas no Rio de Janeiro, nas imediações da região do Andaraí Pequeno, hoje Tijuca, bairro afastado em cerca de 10 km do centro dessa cidade, com uma boa oferta de água e grandes chácaras que favoreceram seu desenvolvimento. Alguns documentos datados de 1808 e 1811 relatam o funcionamento de uma fábrica de propriedade dos portugueses Henrique Nunes Cardoso e Joaquim José da Silva no local. Entre as décadas de 1830 e 1840

outros importantes empreendedores, como os franceses André Gaillard e Zeferino Ferrez, investiram na produção de papel e de experiências com as fibras nativas na mesma região. André Gaillard, ele próprio, anunciou o uso do papel de fibras de araruta na impressão dos jornais *Parlamentar* e *Despertador* que circulavam na cidade do Rio de Janeiro (ALMEIDA, HANNESCH, 2016). Na Bahia, em 1843, jornais noticiavam concessão para uma fábrica que utilizava fibras do tronco e das folhas da bananeira, em Salvador, na região dos Cabritos (INTERIOR, 1843, p. 1). Assim, não foi de todo novidade que Guilherme Schüch, o Barão de Capanema¹, em 1851, iniciasse seu projeto para a construção de uma fábrica de papel, na Serra da Estrela, na região de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro.

Filho de Rochus Schüch, bibliotecário e conservador do Gabinete de História Natural da Imperatriz Leopoldina, em Viena, e de Josephina Roth, Guilherme Capanema estudou na Escola Politécnica de Viena e na Academia de Minas de Freiberg entre 1846 e 1847. Já no Brasil, se formou doutor em matemática e ciência pela antiga Escola Militar do Rio de Janeiro (FIGUEIRÔA, 2005). Com um espírito empreendedor, Capanema atuou em diversas áreas da botânica e engenharia, gerenciando uma fábrica de pólvora, produzindo munição (1850) e realizando experiências (1852-1855) com foguetes de Halle. Fundou o Telégrafo Nacional, onde foi seu primeiro diretor. Entre outras sociedades científicas, participou como membro da Sociedade Velosiana de Ciências Naturais, na comissão de botânica, e fundou a Sociedade Palestra Científica do Rio de Janeiro. Participou também da Comissão Científica do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, onde foi diretor da Seção Geológica e Mineralógica. Como empresário, inventou e produziu o Formicida Capanema, contra a saúva (FIGUEIRÔA, 2005).

Todo seu conhecimento permitiu que projetasse uma fábrica de papel, que tivesse:

(...) escala suficiente para produzir papel necessario ao consumo na capital do Império, ou ao menos das officinas typographicas nella existentes, visto que o papel em que se imprimem os jornaes era importado do estrangeiro; esta ideia é aproveitavel, e bem concebida, economicamente considerada (SOARES, 1860, p. 16-17).

Para consolidar o projeto, Capanema buscou informações nas tipografias quanto à quantidade e à qualidade do papel que estas consumiam em suas oficinas. Escreveu para a Alemanha pedindo informações sobre o custo de mão de obra, despesa de fabricação e sobre o preço das diversas qualidades de trapo e chegou à conclusão que poderia produzir papel de qualidade com valor de custo final de 20% a menos do que o praticado no Rio de Janeiro (SOARES, 1869, p. 17-18). Para isso, faltava convidar um sócio e escolher o local. Como sócio da fábrica, Capanema dividiu os investimentos com seu amigo dr. Azeredo Coutinho, firmando um contrato de sociedade que duraria poucos anos (SOARES, 1869, p. 19).

Para fazer movimentar a fábrica, decidiram que o maquinário empregaria energia hidráulica a partir de quedas de água naturais (FIGUEIRÔA, 2005). Pensando neste mecanismo e depois de examinarem diversas localidades, escolheram um amplo terreno:

[...] na serra da Estrella, não só porque tinha a agua corrente necessaria para qualquer estação do anno poder dar movimento ás machinas, como porque reunia muitas outras condições apropriadas, taes como a bondade salubre do clima para os operários que devião vir da Europa, a proximidade da estrada de ferro Mauá, da qual só dista duas milhas (SOARES, 1869, 20).

A localização do terreno, próxima da Estrada de Ferro Mauá contribuiria no escoamento da produção. O mapa a seguir indica a localização da fábrica de papel e sua proximidade com a estrada de ferro e o rio Cayuába, que alimentava o maquinário (Figura 1).

¹ Notando a dificuldade que havia em Minas Gerais de pronunciarem seu nome alemão, resolveu adotar o sobrenome de "Capanema", pertencente a uma serra e povoado da sua província, e nas vizinhanças de Ouro Preto. Na língua Tupi, significa mato ruim (GUILHERME..., 2019).

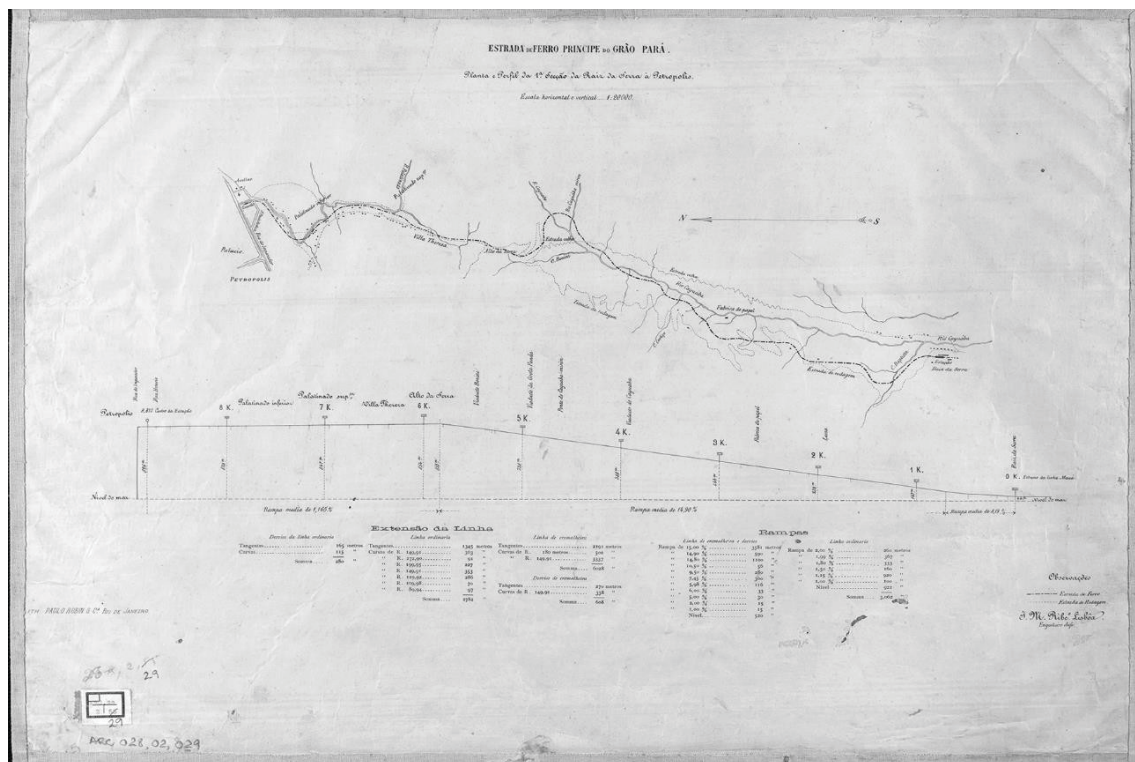


Figura 1: Mapa da Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará (Estrada Mauá), com data atribuída de 1883.

Fonte: Setor de Cartografia. Fundação Biblioteca Nacional.

A fábrica recebeu o nome de Orianda e ocupou um terreno de 20.000 braças quadradas (36.576 m²) (UM PASSEIO..., 1868, p.2). Para que pudesse iniciar os trabalhos foram construídas casas de habitação e de operários, ferraria, cocheira e um grande edifício para a fábrica, além de obras de infraestrutura como encanamentos, pontilhões e estradas (SOARES, 1860, p. 24).

A crônica *Um passeio ao Juiz de Fora*, publicada alguns anos depois do fechamento da fábrica, em 1868, pelo jornal *Diário do Povo*, descreve a fábrica, seu maquinário e produção. Ela era formada por dois edifícios grandes, onde funcionariam as máquinas e as atividades. O mecanismo, construído em torno de cem mil francos à época, era composto de duas rodas hidráulicas e receberia água do rio Cayuába por meio de um encanamento, que o faria funcionar com força motora entre 22 a 35 cavalos. Informava também que a estimativa de produção era de 677 libras de papel de boa qualidade e outras 1.332 libras de papel de embrulho e de alcançar quase 128 mil resmas por ano; o suficiente para o consumo na corte (UM PASSEIO..., 1868, p.3). O maquinário era composto de:

um aparelho de cortar, de um desempoeirador, quatro aparelhos de preparar massas, sendo dous desfiadores e dous refinadores, de aparelhos de branquear, de depósitos de massa de massa com agitadores mechanicos, e de um regulador para distribuir a massa; de uma machina continua onde se lança a massa, que deve sahir reduzida a papel no fim de um minuto, com a extensão que se quizer. Acrescente á tudo isto uma cadeira á vapor, de força de 10 cavallos (UM PASSEIO..., 1868, p. 2-3).

É possível observar que a fábrica era bem equipada, com maquinário para limpar e preparar o trapo, como o lixiviador Plaucher & Reider com capacidade de aproximada de 900 quilos, e outros para cortar papel de vários tamanhos, acetiná-los e preparar resmas (UM PASSEIO..., 1868, p.3). A imagem a seguir, retrata o edifício da fábrica de papel em primeiro plano e outras construções ao fundo (Figura 2).



Figura 2: Litografia de Sébastien Auguste Sissona partir de uma fotografia que o fotógrafo R. H. Klumb fez de uma pintura de Agostinho José da Motta, em 1856, retratando a fábrica de papel Orianda, na Serra de Petrópolis.

Fonte: Museu Imperial. Meio da Serra. Coleção José Kopke.

Por falta de mão de obra especializada para a manufatura do papel, Capanema contratou operários da Alemanha. Com a chegada desses trabalhadores a fábrica começou a produzir regularmente a partir de setembro de 1852. Os primeiros papéis produzidos na fábrica Orianda durante aquele ano foram o “papel pardo para embrulho e algum papel branco de regular qualidade” (SOARES, 1860, p. 21). Com a fábrica em atividade, em 1853, Capanema conseguiu autorização do Ministério da Fazenda para importar durante um ano, livre de taxas, algumas peças avulsas para reposição nas máquinas; fardos de trapos e muitas arrobas de produtos químicos e materiais: 130, de cloreto de cálcio; 50, de manganês; 50, de ácido sulfúrico; 125, de resina de pinho; 50, de cera branca; 150, de pedra hume; e 600, de barrilha² (PARTE..., 1853, p. 5).

Em 1855, o jornal *O Correio da Tarde* dava notícia da chegada de mestres para a fábrica na Serra de Petrópolis (REVISTA..., 1855, p. 1). A vinda de mão de obra importada se repetirá, em 1856, quando mais dois operários especializados são incorporados na fabricação de “cartão próprio para cartas de jogar, e satisfazer as necessidades que reclama esta indústria” (CORRESPONDENCIA, 1856, p. 2). A partir de então, Capanema precisava organizar o fornecimento de matéria prima, o que o levou a criar agência para comprar trapos na cidade do Rio de Janeiro e se somou à grande porção de material que já importava da Europa (SOARES, 1860, p. 28).

Produção de papel e as fibras nativas

Um dos primeiros anúncios em jornal informando sobre a compra de trapo de linho e algodão para uma fábrica de papel, no Rio de Janeiro, data de 1817 (AVISOS, 1817, p. 4). A partir deste, outros

² Nota das autoras: Conhecida como carbonato de sódio.

anuncios foram publicados ao longo das décadas seguintes, mas o trabalho de trapeiro ainda não tinha se consolidado quando a fábrica Orianda começou a funcionar. O número de pessoas que se dedicavam a esse comércio era bastante reduzido:

Os trapeiros que até então existião erão em numero tão diminuto, que nem mesmo trabalhando com a maior actividade poderião juntar a quantidade de trapo necessario para alimentação da fabrica, pois não excedião de 10 (SOARES, 1860, p. 28).

Para fazer frente a outros fabricantes de papelão que compravam trapo na cidade do Rio de Janeiro, Capanema oferecia um maior preço para ter preferência na sua compra (SOARES, 1860, p. 29). Com dificuldades de comprar trapo na cidade do Rio de Janeiro e de encomendá-lo na Alemanha, França e Inglaterra, Capanema se propõe a investigar fibras nativas.

No dia 7 de setembro de 1856, o *Correio Mercantil* publicou sua edição com papel fornecido pela fábrica Orianda informando que:

O papel em que sahe hoje impresso o *Correio Mercantil* é mais uma prova dos progressos da industria brasileira.

É PAPEL NACIONAL, o primeiro que se tem fabricado no paiz para a impressão de jornaes.

Os esforços do Sr. Dr. Capanema forão coroados por um feliz resultado. Pelo *specimen* que damos aos nossos leitores se reconhece que já podemos produzir papel melhor do que o usado em algumas folhas de Paris. O Sr. Dr. Capanema trata agora de obter, por experiencias a que está procedendo, materia prima abundante e de pouco custo, afim de poder vantajosamente suprir de papel as typographias do Brasil (CORREIO..., 1856, p.1).

A matéria prima em que se imprimiu o jornal *Correio Mercantil* foi a fibra das folhas do gravatá, espécie de bromélia, abundante na região da Mata Atlântica (SOARES, 1860, p. 30). Para garantir a produção de papéis com fibras nativas, Capanema pediu à *Comissão de Industria Manufactureira e Artistica* privilégios para a produção de papel com “fibras vegetaes indígenas”. Em julho, de 1856, a comissão realizou uma visita para examinar a fábrica Orianda, onde constatou o uso de fibras vegetais na produção de papel e pode observar “várias amostras de papel de fibras de corindiba, de côco e de outras espécies de palmeiras malvaceas, urticeas, e mais algumas plantas”, além de conhecer o terreno preparado e já com uma plantação iniciada destes vegetais (SESSÃO..., 1856, p. 82).

Depois da inspeção e de ter examinado o pedido, a comissão se reuniu, em 14 de setembro de 1856, para deliberar parecer favorável à solicitação:

A Comissão, pois reconhecendo, que similhante indústria é inteiramente nova no paiz, e que da sua introdução e aperfeiçoamento em grande escala podem e devem resultar muitas vantagens para o mesmo paiz, e persuadida tambem de não pequeno capital que será mister empregar nos processos mecânicos e chimicos da manipulação do papel de fibras vegetaes, é de parecer, que se devem animar os esforços do introductos desta indústria, cujos primeiros ensaios tem sido coroados de excelentes resultados; e julga, que o peticionário Dr. Guilherme Schuch de Capanema está no caso de merecer o privilégio exclusivo que requer. (SESSÃO..., 1856, p. 83).

No ano de 1857, o jornal *Correio Mercantil* publicou nota informando que faltava pouco para que o papel de impressão tipográfica, desenho e escrita da fábrica Orianda competisse com as melhores fábricas européias, pois o papel de desenho era quase igual ao da afamada fábrica *Wathman*, de Londres e o papel para “sello fixo” era superior ao que o Tesouro Nacional brasileiro importava (LÊ- SE..., 1857, p. 1).

A fábrica era novidade na serra da Estrela, e máquinas novas compradas por Capanema acabaram sendo expostas no Palácio de Cristal, em Petrópolis, assim como foram apresentadas amostras de papel

de impressão, de escrita, de cores e papelão. O que se esperava para o futuro era adquirir uma máquina para extrair fibras dos vegetais nativos (FABRICA..., 1856, p. 62). Por isso, a fim de melhorar a qualidade do papel se utilizando desta matéria prima, Capanema voltou a pedir um empréstimo ao governo.

As comissões de Fazenda e de Comércio e Indústria da Câmara dos Deputados, reunidas em sessão, em agosto de 1857, avaliaram esse novo pedido, que argumentava que para o fabrico de papéis com plantas filamentosas seria necessária a aquisição de maquinário de grande custo, e superior aos recursos do empresário. Na análise, as comissões entenderam que além da importância reconhecida dos artigos produzidos pela fábrica, a produção utilizava matéria prima fornecida pela lavoura do próprio país; se reuniam, assim, todos os elementos de confiança no desenvolvimento e prosperidade futura do empreendimento. O regime exclusivamente agrícola já não estava em acordo com as necessidades da civilização brasileira, e o grande aumento de população nas principais cidades do império exigia que se multiplicassem e variassem os meios de trabalho e produção. A instalação de fábricas era vista como positiva. Com esse parecer, as comissões foram de opinião que se prestasse auxílio à fábrica Orianda (BRASIL, 1857, p. 80).

Assim, no mapa dos privilégios concedidos no ano de 1857, por meio do decreto nº 2.053 de 16 de dezembro, consta a concessão para o fabrico de papel com “fibras indígenas”, com duração de dez anos (BRASIL, 1858, p. 72). Mas em 1858, houve contestação dessa concessão do privilégio para Capanema com o uso das fibras nativas. O parlamento, reunido em 30 de agosto, deliberou que:

É conhecida a escassez que por toda a parte se encontra a matéria prima empregada no fabrico do papel, que é o tapo. O consumo do papel tem tomado dimensões tão vastas [...] é conhecida a abundância que se dá entre nós de várias fibras vegetaes, espontâneo producto de terrenos paludosos e de terrenos seccos, assim como restos inaproveitados de plantas cultivadas, por oferecerem outros productos, taes como o ananaseiro e a bananeira.

✓ A aplicação, porém, dessas fibras ao fabrico do papel não só é descoberta recente, porém exige aparelhos custosos.

✓ A fabrica de papel do agraciado já tem merecido a atenção do corpo legislativo, que se tem occupado de dar-lheauxilios efficazes.

✓ O privilégio, porém, do modo por que está concedido o decreto, parecer oppor um obstáculo ao desenvolvimento no paiz de uma indústria não muito difícil [...]

Não é ao fabrico do papel com fibras vegetaes que parece dever applicar-se com razão o privilegio, mas sim á preparação das fibras vegetaes para o fabrico do papel. [...] Por este modo, as fabricas de papel que outros estabelecão, ou que já estejam estabelecidas, poderão dar consumo ao gênero do produto que o agraciado se propões a obter por meio da importação dos aparelhos novos [...] (BRASIL, 1858, p. 258).

Mesmo com esta derrota, a fábrica Orianda continuou a produzir. Com grandes investimentos e pioneirismo, ela se destacava na indústria papelreira e era motivo para que recebesse visitas importantes. Ainda em 1855, o jornal *Correio Mercantil*, de 13 de maio, publicara nota sobre visita do imperador Pedro II à fábrica, dizendo que esta demorou quatro horas e meia e que Sua Majestade teria examinado as “bellas machinas ali montadas, indagando minuciosamente os seus usos, e assistindo a fabricação de algumas folhas de papel de diversas qualidades feitas com matéria prima do paiz” (NOTÍCIAS..., 1855, p.1).

Mas os diversos pedidos de auxilio recebido do governo, os privilégios de que gozava Capanema e sua amizade com D. Pedro II acabaram por provocar críticas e despertar desconfiança sobre a eficiência da fábrica, a qualidade do papel produzido e sua importância para a indústria nacional. Em uma matéria no jornal *A Patria*, de 1856, intitulada *O Sr. Capanema*, o autor questiona o motivo por que certos indivíduos deveriam custar tão caro aos cofres públicos. De acordo com a matéria, o “ilustre engenheiro” não

precisaria prestar contas ao fisco, e usou como exemplo a compra de uma prensa hidráulica que Capanema mandou vir da Inglaterra para a fábrica de pólvora do governo, que acabou parando em sua fábrica de papel (O SR. CAPANEMA, 1856, p.1).

Outra crítica fez com que Capanema recorresse ao jornal *Correio Mercantil*, de 9 de setembro de 1856, para responder a um “gracejo ridículo” que questionava a qualidade do papel em que foi impresso a edição do dia 7 de setembro do referido jornal (NOTÍCIAS..., 1856, p. 1). Nesta crítica, o autor, que se identificava como *A máquina de Aparar*, questionava se o papel do jornal seria mesmo de fibras nacionais, pois já tinha visto o papel produzido pela fábrica Orianda, que embora tivesse “bastante corpo, mas é de uma cor amarelada e muito escuro, não faz uma impressão bonita; e seria impossível, vendo-o” como o papel no qual o jornal fora impresso (PAPEL...1856, p. 2).

Embora essas críticas aborrecessem Capanema, a ponto de ir aos jornais chamando os incrédulos para visitarem sua fábrica, não eram esses os problemas que rondavam Orianda, ameaçando sua manutenção e ruína, sendo um dos maiores obstáculos, a escassez de matéria prima. Por esse motivo, o empreendedor foi incessante sua busca por soluções para manter o funcionamento da fábrica. Assim, no contrato assinado com o Tesouro Nacional, em 1859, para fornecimento de papel especial para “sello fixo e proporcional e papel de letras d'água”, Capanema incluiu compra de trapo da casa da moeda e dos arsenais de guerra e marinha, de velas de navios usadas, cabos de linho inservíveis, aparas de papel e outros que pudessem ser usados como matéria prima (SOARES, 1860, p. 48). Em março do mesmo ano, o *Jornal do Commercio* publicava nota informando que o Ministério da Fazenda mandava colocar a disposição da fábrica Orianda toda matéria prima que o arsenal de guerra tivesse e de que a fábrica precisasse para o fornecimento de papel para “sello fixo e proporcional” contratado (PARTE..., 1859, p. 1).

3- Problemas com os empréstimos, doenças, ausências e a falência de Orianda

Como já mencionado, para dar andamento à produção da fábrica e melhoria na qualidade dos papéis foi preciso investir em maquinários e pessoal. Capanema recorreu a empréstimos públicos e particulares. Os primeiros empréstimos foram com a empresa Erenêo Evangelista de Souza e Cia., que socorreu a fábrica em 1854 e 1857. Outra instituição, o Banco Rural e Hypothecario, foi autorizado a emprestar recursos financeiros a Capanema em 1854, 1855, e 1856. Um subsídio para os investimentos também eram o recebimento adiantado de produtos a serem entregues. Exemplo disto foi o contrato já mencionado, firmado em 1859, com o Tesouro Nacional para fornecimento de papel de selo, em que a fábrica recebeu adiantamento de pagamento (SOARES, 1860, p. 24). Os empréstimos e recursos permitiram a fábrica continuar sua produção e conseguir honrar os compromissos que venciam.

Contudo, problemas começaram a surgir quando, em 1855, a epidemia de cólera assolou o país e os operários da fábrica Orianda, causando a morte de muitos empregados e trazendo grandes perdas para a empresa (SOARES, 1860, p. 32). Por causa deste problema, Capanema contratou, por um alto valor, novos mestres fabricantes de papel, que ao chegarem a Orianda, também contraíram a cólera e não puderam trabalhar imediatamente (SOARES, 1860, p. 32).

Na crônica *Um passeio ao Juiz de Fora*, de 1868, o autor trouxe uma informação sobre a não qualificação dos operários contratados, fator que teria comprometido o funcionamento da fábrica. Segundo ele, um agente consular brasileiro, teria contratado, na Europa: tintureiros para chefes das máquinas; um guarda de caminhos de ferro para diretor da máquina de papel contínuo; um impressor tipográfico para mestre branqueador de massas; e um caldeireiro para fabricante de massa. Este fato teria atrasado o início correto da produção (UM PASSEIO..., 1868, p. 3).

Outro complicador foi a convocação de Capanema para integrar comissão constituída pelo governo imperial, que ficou um período longo na Europa. Sua ausência paralisou a fábrica entre julho de 1855 a maio de 1856. Ao regressar da viagem, em 1856, realizou vistoria na fábrica para ver o que precisava ser

feito para colocá-la em funcionamento novamente. Nesta ocasião recorreu a um pedido de empréstimo ao Banco Rural com fins de aplicar aos serviços, reparos e pagamento de alguns maquinários que havia adquirido na Europa (SOARES, 1860, p. 34). Por outro lado, embora sem produzir, o pagamento dos operários e as despesas com alimentação foram mantidas no período. Somadas a esta despesa, as parcelas dos empréstimos com os credores foram se acumulando (SOARES, 1860, p. 31).

Os prejuízos não pararam por aí. A grande quantidade de matéria prima que comprou na Europa e remeteu para o Rio de Janeiro, ficou na alfândega por despachar até o seu regresso, sujeita ao pagamento de armazenagem. Quando conseguiu realizar o desembarço aduaneiro, grande parte da mercadoria estava deteriorada e inservível. Esta situação que fez com que seu amigo Sebastião Ferreira Soares, ao escrever o livro *Historico da fabrica de papel Orianda ou a defesa do Dr. Guilherme Schüch de Capanema*, sobre a história da fábrica Orianda, em 1860, classificasse sua ausência de “infeliz viagem” (SOARES, 1860, p. 33).

A experiência dos prejuízos fez com que Capanema procurasse um gerente habilitado, que pudesse, na sua ausência, o substituir na administração das transações da fábrica. Para isso, contratou Eduardo Rensburg, em agosto de 1856, que ficou encarregado de vender os produtos da fábrica no Rio de Janeiro, mediante comissão pela venda e recebimento dos valores, além de utilizar o dinheiro que recebesse para suprir o agente de compra de trapos dos valores necessários (SOARES, 1860, p. 36).

Em julho de 1857, novo pedido de empréstimo “para poder dar á sua fábrica o desenvolvimento de que precisa” foi analisado pelas as comissões de fazenda e indústria, da Câmara dos Deputados (BRASIL, 1857, p. 118). Embora o empréstimo tivesse sido concedido, o valor solicitado de duzentos contos de réis foi reduzido pela metade, ficando o governo autorizado a emprestar a quantia de cem contos de réis com juros anual de 6%, devendo o empréstimo ser reembolsado no prazo de oito anos (BRASIL, 1857, p. 80). Mesmo com a redução, a fábrica conseguiu produzir uma grande quantidade de papel, que foi vendida em poucos meses.

São de 1857 algumas correspondências de Capanema com o empregado Augusto Delamare, pedindo informações sobre a produção da fábrica:

[...] Preciso também que me mande todos os dias, com maior detalhe o serviço que se tem feito na fabrica isso é preciso para que eu possa calentar trabalho feito em relação a força do dinheiro consumido. Escreva todos os dias embora eu esteja ou não aqui. 14 de outubro de 57 (CAPANEMA, 1857a).

Alguns dias depois Capanema escreve pedindo explicação sobre o processo de branqueamento de uma fibra nativa e questionando os gastos e pedidos de dinheiro:

[...] Queres fazer reformas sob reformas já me prometteste tanto resultado delas, que vel-o primeiro, pois as tuas promessas são tantas e tão repentinas que parece-me te precipites. Onde estão o papel pago? Porque não dirigiste tu mesmo o branqueamento das imbaibas? [...]

Não sei também que insusceptibilidade são essas tuas quando pedi todos os dias notícias dos trabalhos, podias te escandalizar se nada se fizesse mas agora que reformaste tudo, será que tenho direito a saber em que ellas dão?

Queres ir a Parahyba vender papel? Já cobraste tudo quanto vendeste em Petrópolis, Frafoso e Estrella? O Rensburg também pede dinheiro eu exigi que ele me preste contas, porque não posso estar gastando dinheiro, sem saber como nem para que [...] (CAPANEMA, 1857b).

Em 1858, a fábrica funcionou de janeiro a setembro, com algumas interrupções, produzindo pouco mais de 51 mil quilos de papel de diversas qualidades. A partir do final de setembro até dezembro parou completamente a fabricação, não só para a manutenção do maquinário, como também por falta de matéria prima (SOARES, 1860, p. 41).

No início de 1859, Capanema foi novamente convocado, por ordem do governo imperial, para se juntar como chefe da seção de Geológica e Mineralógica à comissão científica do estado do Ceará, nordeste do país, para viagem que duraria alguns meses (FIGUEIRÔA, 2005). Antes de partir, em fevereiro, preparou o maquinário, supriu a fábrica com matéria prima e fechou contrato com o Tesouro Nacional, para o qual deu ordem expressas ao gerente Eduardo Rensburg de priorizar a fabricação dos papéis especiais para o selo (SOARES, 1860, p. 42-43). De acordo com Soares (1860), milhares de entraves se opuseram ao cumprimento deste contrato e, decorrido alguns meses, somente pequena quantidade de produtos tinha sido entregue, mesmo depois de muitos e reiterados avisos. Além disto, alguns papéis ainda foram encaminhados mal aparados, o que provocou reclamações do almoxarifado do Tesouro, e fez com que a gerencia rescindisse o contrato por achar que Capanema não tivesse condições de suprir-lhes com aquele papel especial (SOARES, 1860, p. 48-49).

Ainda que entre março a dezembro de 1859, cerca de mais de 60 mil quilos de papel de diversas qualidades tenha sido produzido, Soares (1860) relata seu estranhamento de que apenas 20 resmas de papel especial para o selo tenha sido fabricado (SOARES, 1860, p. 43). Com algumas diferenças, este episódio foi relatado também pelo autor da crônica *Um Passeio ao Juiz de Fora*, de 1868, em que escreveu que Capanema teria se dirigido à repartição do ministro da Fazenda para oferecer o papel especial e com sua proposta bem acolhida, teria comprado matéria prima em grande quantidade e confeccionado mil resmas do referido papel especial antes mesmo de assinar o contrato. Mas no momento da assinatura do contrato, o ministro já tinha mudado e seu sucessor se negou a assinar, alegando ter papel suficiente para quinze anos. O resultado foi que as mil resmas foram parar na caldeira, reduzidas à massa, para se fabricar papel jornal (UM PASSEIO..., 1868, p. 3).

Em carta escrita do Ceará para o amigo e imperador Pedro II, Capanema dá sua versão do malogrado contrato com o Tesouro Nacional:

Vejamos agora se minha pessoa se merece do governo ser impedida nos seus trabalhos. Eu deixei minha fabrica com um contracto para fornecimento de papel sellado, quando parti estavam na alfandega descarregando todas as matérias primas. Dois mezes depois ainda se não tinham despachado! Com minha presença se não daria isso. [...] e a fábrica não teria sido abandonada sem ao menos alguém que a vigiasse. É natural que tudo isso fosse preparado de proposito para comprar o estabelecimento por uma ninharia e prova é que meu gerente vendo se logrado por seos cálculos alugou a fabrica de Andarahy, se ele não tivesse adquirido a experiência de fazer papel [...]. Eu roguei a muito custo para a commissão como V. M. sabe e por so com a promessa de obter o empréstimo pedido. Esse não hia para mãos do Rensburg [...].

Sobral, 26 de dezembro de 1860 (CAPANEMA, 1860a).

Em outra correspondência, o empreendedor escreveu também que seu afastamento da corte e da administração da fábrica já tinha criado outro problema meses antes. Assim, em 26 de junho de 1860, Capanema comentou com o imperador Pedro II a notícia sobre os privilégios que teriam sido rejeitados:

Vejo pelo Jornal do Commercio do dia 29 do passado, que o privilégio que eu pedi em 1857 foi rejeitado na câmara em 2ª discussão sem debate! Esse privilégio era para extração de fibras de vegetaes por meios mecanicos e chimicos, é indústria que ainda não existe no paiz, eu estava portanto no caso de merecer algum favor [...]

Quanto a minha pessoa só é esse procedimento mais uma evidentíssima prova da perseguição systematica que soffro de todos os lados (CAPANEMA, 1860b, grifo do autor).

Capanema ainda se encontrava no nordeste do país quando o livro de Sebastião F. de Sousa foi publicado. A obra conta toda a trajetória da fábrica, suas conquistas e problemas e apresenta uma tabela

demonstrativa do ativo e passivo da fábrica, de 1852 a 1960, nomeando não só os credores, como todos os empregados, operários e fornecedores de aluguel de escravos. Apresenta também a listagem dos diversos materiais encontrados na fábrica como branqueadores, colas, papel em resma. Arrola o maquinário por sala de produção e tudo que estava na estrebaria (SOARES, 1869, p. 66-75).

A imagem a seguir é do pintor Agostinho da Motta, que eternizou a fábrica Orianda em pinturas (Figura 3)



Figura 3: Fábrica do Barão de Capanema. 1862. Museu Nacional de Belas Artes.
Fonte: Itau Cultural. (FABRICA, 2019).

Mesmo com dificuldades Capanema ainda tentou salvar a fábrica pedindo outros empréstimos, como em 10 de setembro de 1858, nas mesmas condições que lhe foi emprestado em 1857 (BRASIL, 1858, 72). Em 12 de maio de 1859, o jornal *Correio Mercantil* publicou uma nota sobre nova proposição para autorizar o governo a emprestar a Capanema a quantia de cem contos de réis para auxílio da sua fábrica na Serra da Estrela (ASSEMBLÉA..., 1959, p. 1). Esses empréstimos não devem ter sido autorizados, pois em dezembro de 1859, a fábrica já não tinha mais matéria prima para funcionar, os pagamentos dos empréstimos estavam se acumulando e não havia mais renda para acudir a tais encargos (SOARES, 1869, p. 50). Diante de tal situação, o gerente Rensburg procurou Sebastião F. de Sousa que se ofereceu para liquidar a fábrica Orianda. No dia 4 de maio de 1860, os credores foram reunidos na casa de Rensburg para serem comunicados sobre o estado dos negócios (SOARES, 1869, p. 51).

Mesmo com a fábrica numa situação crítica, Capanema foi notícia no jornal *O Médico do Povo*, de 14 de fevereiro de 1864, onde se narrava que, em 1861, ele comprara como papel sujo para sua fábrica, 500 exemplares da obra *Flora Fluminense*, de frei Mariano da Conceição Velloso, os quais estavam no saguão da secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, onde ficaram apodrecendo (NOTÍCIA..., 1864, p. 2).

Em 20 de janeiro de 1866, o *Jornal do Commercio* publicou a abertura da falência da fábrica de papel situada na Serra da Estrela, cujo proprietário era Guilherme Schuch de Capanema, apresentando parte da sentença do juiz: “Dato a fallencia de 30 de agosto de 1859, época em que o mesmo cessou seus paga-

mentos por completo estado de insolvência, como consta dos presentes autos, etc.” (AOS MAGISTRADOS, 1866, p. 3). Em 1 de julho, o *Jornal do Commercio* faz a chamada pública para a “arrematação judicial” da fábrica Orianda:

[...] Faço saber aos que o presente edital, com o prazo de 8 e 20 dias virem, ou delle noticia tiverem, que em praça deste juizo dos dias 19, 20 e 22 do próximo futuro mez de Julho, ás 10 horas da manhã, no lugar Meio da Serra Nova, e casas da fabrica de papel denominada Orianda, [...] de venda e arrematação os bens seguintes: uma casa em completo estado de ruínas, tendo já sofrido desabamento,[...] uma dita no mesmo estado e no mesmo lugar [...] uma dita no mesmo estado, nos fundos desta e uma meia-agua, junto a esta, tudo em ruínas e quase a desabar, [...] uma dita grande onde se acha a fabrica de papel, tendo pilares de pedra, cobertura de zinco, [...] toda a machina do fabrico do papel, existentes em ruínas, incompleto e absolutamente estragado [...] (ARREMATACÕES..., 1867, p. 2).

Na crônica *Um passeio ao Juiz de Fôra*, o autor relata que a destruição da fábrica teria iniciado após diligência do juiz municipal:

que foi à fábrica Orianda, abriu “as portas e retirou-se, sem dignar-se fechá-las. E o inventario e avaliação seguiu-se o deposito. E o primeiro depositário arrancou os telhados de zinco, para cobrir seus chiqueiros e curraes. Seguiu-se por morte do primeiro, um segundo, que arrancou as portas e as janelas que o juiz municipal deixou abertas, para assoalhar o seu albergue (UM PASSEIO..., 1868, p.3).

É fato que quando voltou de sua viagem em comissão ao Ceará, a fábrica já não era sua propriedade, tinha sido sequestrada pela fazenda pública para pagamento da dívida (UM PASSEIO, 1868, p. 3).

Abandonada, deixada em completa ruína, seus alicerces de pedra e estruturas foram usados para instalação da fábrica de tecido Cometa, que aproveitou os melhoramentos que Capanema construiu em seu entorno, ampliando a área urbana daquela região, com a construção das casas para operários e suas famílias. A antiga Fábrica de Tecidos Cometa e sua vila operária, foram tombadas na década de 1980 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reconhecida como patrimônio cultural sendo inscrito sob o n. 84 (Processo n. 662-T62), no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (fls. 24/88) como extensão das inscrições 34 e 80 do mesmo livro (ROSA, 2019). A imagem a seguir marca a existência da fábrica Orianda pelo que restou de seus alicerces de pedra (Figura 4).



Figura 4: Estrutura original da fábrica de papel Orianda, na Serra da Estrela, Petrópolis. Fonte: Thais Helena de Almeida, 2016.

Ao fundo da imagem pode ser observada a pedra do Frade, que acompanhou as transformações desse espaço, marcado por esperanças e desilusões. É a mesma pedra do Frade, litografada por Sébastien Auguste Sisson, em 1856, quando a fábrica Orianda despontava como promessa para a indústria nacional.

Considerações finais

A segunda onda de empreendedores de fábricas de papel brasileiro esbarrarou em inúmeros problemas relativos à inexistência de mão de obra especializada, à escassez de matéria prima e à necessidade de importação de maquinário e trapos. Contudo, o apoio do governo com concessão de loterias, autorização no benefício de empréstimos e o empreendedorismo de homens com viés empresarial, estabeleceram bases para a evolução das técnicas e da produção fabril em meados do século XIX no Brasil. Parte dos relatos de jornais e publicações apresenta essa memória do início da industrialização no país e aponta que as fábricas de papel compõem a trajetória da busca pela autossuficiência demandada não só pelos governantes, mas por seus habitantes emancipados da colônia Portuguesa. Assim, a procura de novos materiais para servir de matéria prima substituta e abundante para as fábricas de papel não é isolada. Reconhece-se que a pesquisa embrionária e, mais ainda, que inúmeras limitações técnicas, não foram freio para a busca de materiais vegetais nativos.

Capanema foi um dos que, com seus conhecimentos em engenharia e botânica, promoveu meios e recursos para identificar plantas que pudessem servir de matéria prima para produção de papel entre as décadas de 1850 e 1860. As fibras de gravatá, de corindiba, de côco e outras espécies de malvaceas, urticeas conformam a trajetória das matérias primas brasileiras cogitadas. Contudo, malgrados de outra sorte impediram que houvesse consolidação dos usos destes materiais de forma mais efetiva e constante. Verificou-se, entretanto, que embora com dificuldades de fornecer papel selado para uso do governo, papel para alguns periódicos nacionais e papéis especiais e papelão para o mercado interno, a fábrica de papel Orianda alcançou oferecer alternativas à importação de papel estrangeiro, atendendo ao mercado do Rio de Janeiro. Destaca-se que o empreendedorismo e a perseverança de Guilherme Capanema foi um dos impulsionadores deste período.

Referências

- ALMEIDA, Thais Helena; HANNESCH, Ozana. La instalación de las primeras fábricas de papel en la ciudad de Río de Janeiro, Brasil, en el siglo XIX. In: 33 CONGRESO INTERNACIONAL PAPER HISTORIANS, 33., 2016, Valencia, España. Anais... Valencia.
- AOS MAGISTRADOS. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, 21 jan. 1866. p. 3.
- ARREMATACÕES judiciais. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 1 jul. 1867. p. 2
- ASSEMBLÉA geral legislativa. Camara dos Srs. Senadores. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, 12 maio 1859. p.1.
- AVISOS. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1817. p. 4.
- BRASIL. Alvará de 28 de abril de 1809.
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-40051-28-abril-1809-571629-publicacaooriginal-94774-pe.html>>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- _____. Annaes do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro 30 ago. 1858. p. 258.
- _____. Annaes do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro, 10 set. 1858. p. 72.
- _____. Annaes do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro, 27 ago. 1857. p. 80.

- _____. Annaes do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro, 28 jul. 1857. p. 118.
- _____. Decreto de 26 de junho de 1826. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38537-26-agosto-1826-567030-publicacaooriginal-90475-pl.html>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- _____. Decreto nº 526, de 28 de julho de 1847. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-526-28-julho-1847-560336-publicacaooriginal-83101-pe.html>>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- _____. *Relatorio da repartição dos negócios do Império*. Rio de Janeiro, 1858. p.72.
- _____. Reprodução fac-similar do alvará de 5 de janeiro de 1785 proibindo as manufaturas no Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 18, n.1, 1913, p. 17-18.
- CAPANEMA, Guilherme Schüch de. [Correspondência] Destinatário: Augusto Delamare. 14 out. 1857a. 1 carta. Museu Imperial. (00008 MFN:03812 - I-DIF-14.10.1857-Cap.c 1).
- _____. [Correspondência] Destinatário: Augusto Delamare. 19 out. 1857b. 1 carta. Museu Imperial. (00008 MFN:03812 - I-DIF-14.10.1857-Cap.c 2).
- _____. [Correspondência] Destinatário: Imperador Pedro II. 26 jun. 1860b. 1 carta. Museu Imperial. MAÇO 129. Doc. 6344 (D010 P04), p.1.
- _____. [Correspondência] Destinatário: Imperador Pedro II. 26 dez. 1860a. 1 carta. Museu Imperial. MAÇO 129. Doc. 6344 (D02 P12), p.10.
- CORREIO Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal. Rio de Janeiro, 7 set. 1856. p. 1 CORRESPONDENCIA particular. *Correio da Victoria*. Vitória, 30 jul. 1856. p. 2.
- FÁBRICA do Barão de Capanema. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra5890/fabrica-do-barao-de-capanema>>. Acesso em: 06 de Abr. 2019. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7
- FABRICA - Orianda. *A Semana: jornal litterario, scientifico e noticioso*. Rio de Janeiro, 6 jan. 1856. p. 62-63.
- FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. Ciência e tecnologia no Brasil Imperial: Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: Julho 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- GUILHERME Schüch. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guilherme_Sch%C3%B-Cch>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- INTERIOR. Camara dos Srs. Deputados. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1843. p.1.
- LÈ-SE na Revista Brasileira. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, 13 ago. 1857. p. 1.
- NOTICIA da Flora Fluminense. O Médico do Povo. Rio de Janeiro, 14 fev. 1864. p.2
- NOTICIAS diversas. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, 13 maio 1855. p.1.
- _____. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, 13 set. 1856. p. 1. O SR: CAPANEMA. *A Patria*. Rio de Janeiro, 22 jun. 1856. p. 1.

PAPEL nacional. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 9 set. 1856. p. 2.

PARTE Official. Ministério da Fazenda. *Diário do Rio de Janeiro*, 1 set. 1853. p. 5. Suplemento.

_____. Ministério da Guerra. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12 mar. 1859. p. 1.

REVISTA dos jornaes. O Correio da Tarde: *Jornal Commercial, Politico, Literario e Noticioso*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1855. p. 1.

ROSA, Waleska Marcy. *Preservação do patrimônio industrial e direito à moradia: potencialidades de preservação e utilização da vila operária no meio da serra – Petrópolis – RJ*. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t1_preservacao_pat_industrial.pdf>. Acesso em : 13 abr. 2019.

SESSÃO do Conselho em 15 de setembro de 1856. O *Auxiliador da Industria Nacional*. Rio de Janeiro. 15 set. 1856. p.82-83.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Histórico da fábrica de papel Orianda*. Editora Typographia Universal Lammert, Rio de Janeiro. 1860.

UM PASSEIO ao Juiz de Fora. *Diário do Povo: Politico, Litterario, Noticiosos e Commercial*. Rio de Janeiro, 29 nov. 1868. p. 2-3.